



FNP PROPÕE REJEIÇÃO DA PROPOSTA E GREVÊ DIA 3/1

A Petrobrás realizou reunião de negociação com a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), na terça-feira, dia 12. A proposta não atendeu aos pleitos da contraproposta apresentada pela FNP, embora apresente algumas diferenças em relação à anterior. Entre os problemas, a proposta incluiu cláusula que pode viabilizar demissão coletiva.

O Sindipetro-RJ realiza assembleias a partir desta sexta. Veja quadro com o horário da sua unidade no próximo boletim ou em www.sindipetro.org.br.

A conquista de um acordo coletivo com manutenção de direitos e com mecanismos que barrem a reforma trabalhista é ainda mais importante, sobretudo porque essa reforma alterou mais

de 100 artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Os petroleiros e petroleiras estão mobilizados para resistir e rejeitar essa proposta com retirada de direitos. Vamos nos organizar, nos preparar para a greve, não só por um acordo coletivo sem retrocessos, mas contra o plano de desinvestimento que desmonta o Sistema Petrobrás - com graves consequências sociais e econômicas - contra o equacionamento abusivo e a redução do efetivo. É importante garantir a unidade do movimento petroleiro, e a FNP propõe a construção de uma greve nacional da categoria para dia 3 de janeiro.

O Sindipetro-RJ rejeita as mudanças na CLT e na Previdência e também participa da construção de um dia unifica-

do para uma greve geral contra a reforma da previdência. E também contra os retrocessos sociais, trabalhistas e a entrega do patrimônio brasileiro. Os trabalhadores vêm demonstrando que não aceitam esses ataques, mas ainda de forma isolada e desorganizada. É fundamental que os diversos sindicatos e centrais façam uma convocação unitária para um movimento unificado que tenha forças para derrotar este governo e suas medidas entreguistas. Nesta quinta (14/12), as centrais sindicais se reúnem para debater uma nova data para a greve geral.

É hora de a classe trabalhadora se unir e parar o Brasil, dizendo um sonoro NÃO a esta ofensiva contra nossos direitos.

OPERAÇÃO DO EDISE E OUTROS SETORES LUTAM CONTRA TERCEIRIZAÇÃO

Os trabalhadores próprios da operação e manutenção do Edise reuniram-se na segunda (11/12), no Sindipetro-RJ, para organizar a luta contra a terceirização de sua atividade. Em 27 de setembro, a Petrobrás assinou contrato de dois anos com a empresa Nova Rio, para terceirizar a Operação do Edise. **Nesta sexta (15), às 14h30, os trabalhadores da Operação do Edise e de outros prédios fazem nova reunião, no Sindipetro-RJ.**

DESOMENAGEM AO ENGENHEIRO DO DESMONTE

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, vai ganhar nesta quinta o título de Eminent Engenheiro do Ano, concedido pelo Instituto de Engenharia. A instituição já concedeu a mesma homenagem a Paulo Maluf, Gilberto Kassab e Marcelo Odebrech, entre outros.

O Sindipetro-RJ então resolveu conceder uma desomenagem ao engenheiro, que também é presidente do Conselho de Administração da BM&FBovespa desde 2015.

Nosso prêmio Pá de Ouro para o Engenheiro de Desmonte (ou coveiro), pela Desconstrução e Desmontagem do Sistema Petrobrás.



PRIVATIZAÇÃO GERA AUMENTO DE PREÇOS

O projeto de privatização fatiada da Petrobrás - que vem sendo implantado e foi defendido abertamente na quinta feira (7) por Armínio Fraga em entrevista ao O Globo - já vem mostrando suas consequências sociais. O aumento dos preços do gás e da gasolina, disparados de acordo com as novas políticas de preços da Petrobras para esses insumos, já impacta diretamente na economia doméstica, especialmente em um momento de crescimento do desemprego e do subemprego.

Alinhados às variações dos preços dos combustíveis no mercado internacional, os valores do diesel e da gasolina têm sofrido reajustes frequentes praticados nas refinarias. Tudo em nome da estratégia de Pedro Parente para recuperar mercado, em virtude do aumento das importações de combustíveis por parte de terceiros, quando os preços no país passaram a superar os do mercado externo.

“

O aumento dos preços do gás e da gasolina (...) impacta diretamente na economia doméstica

Em julho deste ano, o aumento dos preços da gasolina já era recorde: “Gasolina pode ter maior alta em 13 anos com aumento de tributação”, anunciou a Folha em 22 de julho. Na ocasião a ANP (Agência Nacional do Petróleo) informou que era a maior alta desde 2004. Até o momento a alta já chegou a 21,1%, bem mais do que a inflação oficial.

Apesar de tudo isso, no fechamento



do balanço de 2016 a queda na receita da Petrobrás foi atribuída à perda de mercado para importadores independentes. E ainda hoje a fatia de mercado perdida ainda não foi recuperada, a ociosidade das refinarias é sem paralelo na história da Companhia e as exportações de óleo cru só aumentam. Ou seja, a empresa se apequena enquanto a população sofre pressionada com a alta de preços dos combustíveis. Enquanto isso, Ipiranga (Grupo Ultra) e Shell (Raizen) comemoraram o aumento nos lucros e na geração de caixa graças à “forçinha” dada pela direção da Petrobras.

No início de dezembro, a Petrobrás anunciou mais uma subida dos preços cobrados das distribuidoras do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para uso residencial. Com isso o botijão já acumula alta de 54% este ano. O aumento anunciado na primeira semana de dezembro vai impactar diretamente na inflação

do mês. O GLP tem sido submetido também a uma nova política de preços, aprovada em junho deste ano, como consequência da venda da Liqueigás, a qual ainda se encontra em discussão no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A vinculação dos preços nacionais aos internacionais concretiza uma incoerência: a dona de casa no Brasil vai sofrer com o aumento do gás devido ao aumento da demanda no inverno europeu.

Todos estes fatores que culminam com a alta dos preços são reflexos da política de desestruturação e privatização do Sistema Petrobrás. Agora o único objetivo da empresa é gerar lucro, em bases não sustentáveis, para os acionistas e enriquecer o caixa das concorrentes, independente de a empresa produzir bens essenciais para a sociedade.

Da mesma forma, a privatização da Eletrobrás, já anunciada pelo governo federal, irá aumentar os preços da energia elétrica, sacrificando ainda mais a população. O presidente da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Romeu Rufino, disse em entrevista ao O Globo que o modelo de privatização escolhido pelo governo irá aumentar muito as tarifas, pois a energia produzida pelas usinas passará a ser vendida pelo preço mais alto (a chamada descontinuação). Na Argentina, por exemplo, a privatização do setor elétrico gerou aumentos de até 700% na conta de luz.

O que era uma vantagem competitiva do Brasil, ter um parque hidrelétrico já amortizado e, por isso, poder oferecer energia barata, será entregue por alguns tostões a grupos empresariais internacionais e nacionais que se apropriarão dessa vantagem a revertendo em lucro e remessas ao exterior.

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália, Vinicius | **Edição e redação:** Claudia de Abreu (MTb 17.081-RJ) | **Redação:** André Pelliccione (MTb 19.301-RJ) | **Secretaria:** Ronaldo Martins | **Diagramação:** Carlos Soares (Mtb. 3698) | **Projeto Gráfico:** Caio Amorim | **Ilustrações:** Luis Cláudio (Mega) | **Fotos:** Samuel Tosta. **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 12.000

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
www.sindipetro.org.br
(21) 3034-7300/7326

É ESSENCIAL LUTAR PELO BENEFÍCIO FARMÁCIA



A proposta de remodelagem do Benefício-Farmácia (BF) encaminhada pela Petrobrás na minuta de ACT deste ano, se constitui numa medida disfarçada para inviabilizá-lo, colocando em risco a saúde e o bem estar de muitos petroleiros. Preocupados com isso, um grupo de petroleiros da base decidiu dar visibilidade ao problema, criando uma comunidade na rede social corporativa, nomeada como “Desassistidos no novo Benefício Farmácia (ACT 2017)”, que já conta com quase 1400 pessoas.

Atendendo a essa demanda, o Sin-

dipetro-RJ convocou duas reuniões no edifício Senado, realizadas nos últimos 15 dias, quando foram discutidas e aprovadas algumas propostas. O Sindipetro-RJ vai solicitar ao RH informações detalhadas sobre cadastro e finanças do BF. No relatório apresentado pela Petrobrás as informações estão incompletas e defasadas.

Também se pretende dar maior divulgação aos depoimentos de petroleiros que precisam continuar a ser contemplados pelo BF, para ampliar este debate e sensibilizar a categoria. Uma das críticas mais recorrentes é o

piso do valor de compra dos remédios a partir do qual haverá cobertura: R\$ 150 reais por caixa ou recipiente comprado.

Na última reunião mensal dos aposentados, realizada no dia 5 na sede do Sindicato, a proposta do RH para o BF foi amplamente debatida, criticada e rejeitada.

Fique atento a novas iniciativas que convocaremos via boletim ou página do sindicato e mesmo que você nunca tenha feito uso do Benefício Farmácia participe da luta por nenhum direito a menos! É preciso manter a solidariedade da categoria.

CIPISTAS DEBATEM IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO DA PETROBRÁS SOBRE SAÚDE DOS TRABALHADORES

Foi realizado nos dias 6 e 7 de dezembro, no Edicin, o IX Encontro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) da Petrobrás, onde se analisou e debateu práticas realizadas pelas Cipas de unidades operacionais da empresa, prédios administrativos, Transpetro, Fronape, refinarias e terminais marítimos, tendo por base o Caderno de Práticas elaborado no Encontro do ano passado.

O Caderno de Práticas é um documento que contém, de forma resumida, sugestões para todas as etapas que constituem a Gestão das Cipas e este ano o documento está sendo revisado com o objetivo de aprimoramento. Do IX Encontro participaram 150 pessoas.

Uma das questões centrais debatidas no Encontro foi a do impacto que a chamada ‘reestruturação’ da Petrobrás vem causando sobre a saúde e a segurança dos trabalhadores, na medida em que aumenta o clima de instabilidade entre os petroleiros. Nesse sentido foi sugere-

do que as Cipas incluam esse impacto em suas pautas. “Queremos que seja disponibilizado o treinamento de análise de acidentes para todos os cipistas e que a redução do efetivo, que ocorre em várias unidades, seja discutida pelas Cipas do ponto de vista da segurança”, afirmou Thalles Leopoldo, da Reduc.

Sindicatos não são convidados oficialmente - Previsto na cláusula 116 do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), o Encontro é uma atividade organizada pela Petrobrás e tradicionalmente os sindicatos não são convidados. Muitos participantes, porém, criticaram essa sistemática, na medida em que inúmeras demandas relacionadas às Cipas são rotineiramente encaminhadas às representações sindicais da categoria. “Nosso compromisso é o de fazer um esforço para que o Sindipetro-RJ seja oficialmente convidado para os próximos encontros”, explicou Ricardo Luiz Bogado Duarte, diretor do Sindipetro-RJ que participou do evento.

Diretora do Sindipetro SE/AL, a petroleira Gilvani Alves reforçou a sugestão.

“A Cipa tem que ver o sindicato como um parceiro na prevenção de acidentes. Por isso é importante convidar o sindicato para ações conjuntas, como campanhas e Sipats”, disse ela, para completar: “Temos que pensar e refletir a Cipa da Petrobrás como uma ferramenta que tenha independência e autonomia para investigar, fiscalizar e exigir ações de gestores na prevenção de incidentes e acidentes, na promoção da saúde e construção de meio ambiente adequado para todos os petroleiros (próprios e terceirizados). E que nas investigações de acidentes sejam atuantes para ir a fundo nas causas, principalmente naquelas de responsabilidade da gestão”.

“O Encontro foi de fundamental importância para a troca de experiências entre as Cipas de todo o país, permitindo identificar as dificuldades apresentadas pelos colegas e conhecermos práticas que podem melhorar a atuação das Cipas”, avaliou Bianca Silva Marques, da Cipa do Edihb.

Nos dois dias do evento, o Sindipetro-RJ manteve uma banquinha da campanha de sindicalização no Edicin.

NÃO DÁ PARA ESCONDER O LUCRO DA PETROBRÁS

A pesar de um anunciado pre-juízo contábil, resultado direto da reavaliação de ativos, os números - divulgados pelo próprio mercado - têm demonstrado a plena capacidade de a Petrobrás gerar caixa e honrar todos os seus compromissos. Mesmo com a extorsão financeira e cambial sangrando a Petrobrás em R\$

36 bilhões (só até setembro de 2017), garantindo polpudos lucros aos banqueiros, vemos uma redução da taxa média de juros no sentido inverso à previsão de estrangulamento financeiro.

A narrativa que vem sendo feita de que a Petrobrás é uma empresa com alto nível de corrupção, quebrada, incompetente e sem perspectivas

vai se desmontando com os números que mostram que graças ao trabalho dos petroleiros que entregam ao país mais de R\$ 100 bilhões por ano (em impostos, contribuições, royalties e participações) a empresa segue lucrando, mesmo sob o comando de uma direção que trabalha pela venda de ativos e privatização.

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

A campanha de sindicalização do Sindipetro-RJ continua na próxima semana. A construção de um sindicato forte é fundamental para a resistência dos trabalhadores. E só a independência fi-

nanceira garante um sindicato independente. Sua participação política e contribuição é que garante isso. A banquinha de sindicalização vai ficar mobilizada durante todo o horário do expediente nos dias:

- ✓ Dia 14 (quinta-feira) no Edihb
- ✓ Dias 18 e 19 (segunda e terça-feira) no Cenpes
- ✓ Dias 19 e 20 (terça e quarta-feira) na Transpetro

Não fique só. Fique sócio!

EQUACIONAMENTO DA PETROS PREVISTO PARA INÍCIO DE 2018

A cobrança das contribuições extras para o equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), prevista para começar neste mês de dezembro, foi adiada para janeiro ou no máximo fevereiro de 2018. A informação foi divulgada ontem pela Petros.

O plano de equacionamento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros em setembro, mas a Fundação precisa de uma posição oficial da Petrobrás. Antes de iniciar a cobrança, a Petros também precisa aguardar a

análise do plano de equacionamento pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), órgão que fiscaliza a Petrobrás e a Petrobrás Distribuidora.

A proposta abusiva, que transfere para os trabalhadores a dívida que é da patrocinadora, se aprovada pela Sest, ainda deve demorar 60 dias para ser colocada em prática.

O Sindipetro-RJ já ajuizou ações contra a proposta e aguarda um pronunciamento da Justiça. É fundamental que petroleiros e petroleiras se mantenham

mobilizados na denúncia e resistência contra um equacionamento que considere o que é dívida da Petrobrás como fosse déficit e que mais agrava a situação dos aposentados que sofreram com a fraude salarial implantada pelas direções da Petrobrás com a política de remunerações variáveis (abonos, níveis no ACT e PLR) que, de fato, flexibilizaram a remuneração da ativa que, agora, foram sonegados com "ajustes" nos balanços.

O ataque é contra toda a classe trabalhadora. Vamos à luta em defesa da Petros e contra a Reforma da Previdência!

JURÍDICO GANHA AÇÃO SOBRE PAGAMENTO DE TURNOS

A Petrobrás teve que voltar atrás na mudança de pagamento dos turnos coincidentes com os feriados, relacionados no acordo coletivo de trabalho. A ação foi proposta pelo jurídico do Sindipetro-RJ em nome de toda a categoria, após a Petrobrás informar a seus empregados que haveria erro na forma de pagamento dos turnos coincidentes com os feriados elencados na norma coletiva, informando que a partir de 07/09/2015 tais turnos passariam a ser pagos da forma que a empresa entendia como a correta.



O Jurídico ajuizou ação coletiva com vistas ao restabelecimento da sistemática anteriormente praticada. A ação

foi julgada procedente. Segundo a sentença, "A metodologia reiterada, em decorrência de sua habitualidade, acabou por caracterizar-se como condição contratual benéfica de caráter permanente, sendo certo que sua supressão violou o artigo 468 da CLT". Foi determinado o restabelecimento da forma de cálculo anterior, sob pena de multa de 300% sobre o valor das horas trabalhadas nos feriados mencionados na norma coletiva, em favor de cada empregado que tiver trabalhado nos referidos feriados. (Processo 0100031-12.2016.5.01.0035).